



ABOR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ORTODONTIA E ORTOPEDIA FACIAL

ESTATUTO SOCIAL DA ABOR

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORTODONTIA E ORTOPEDIA FACIAL - ABOR

CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º. A Associação Brasileira de Ortodontia e Ortopedia Facial (ABOR) é pessoa jurídica de direito privado, de caráter científico, cultural e social, sem fins econômicos, religiosos ou políticos, fundada em 25 de janeiro de 1994, com tempo de duração indeterminado, na capital do estado de São Paulo, sendo constituída pelas entidades estaduais associadas de Ortodontia e Ortopedia Facial, pelo Board Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial (BBO), pelo Colégio de Diplomados do Board Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial (CDBBO) e pelo Grupo Brasileiro de Professores de Ortodontia e Odontopediatria (GRUPO) e por pessoas naturais.

§ 1º. Cada estado da federação só poderá ser representado por apenas uma entidade da especialidade.

§ 2º. O GRUPO, o BBO e o CDBBO são os órgãos de assessoria científica da ABOR.

Art. 2º. A lei orgânica da ABOR é constituída por este estatuto, que todos os seus associados estarão comprometidos a acatar, obedecer e cumprir, não respondendo individualmente, solidariamente ou subsidiariamente seus membros pelas obrigações associativas.

Art. 3º. A ABOR terá como sede administrativa a cidade do Rio de Janeiro, na rua Visconde de Pirajá, 111/420, Ipanema, CEP 22410-001, e como sede executiva a cidade na qual reside o presidente em exercício.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º. São objetivos da ABOR:

- I - Congregar as entidades de especialistas em Ortodontia e/ou Ortodontia e Ortopedia Facial.
- II - Promover o aprimoramento da pesquisa, ensino, educação e desenvolvimento da especialidade.
- III - Zelar pelo bom exercício profissional.
- IV - Manter o alto nível técnico-científico da especialidade.
- V - Atender e respeitar os princípios éticos e bioéticos, em todo o território nacional.
- VI - Contribuir com a Odontologia para a melhoria da saúde da população, através de programas educativos e preventivos das anomalias dentofaciais.
- VII - Promover ações filantrópicas em escolas municipais, estaduais e federais.
- VIII - Promover campanhas educativas em congressos, praças e escolas.
- IX - Difundir em toda comunidade social a importância do Cirurgião Dentista na prevenção da saúde bucal, incentivando-a na procura da assistência odontológica.

- X - Contribuir para a solução dos problemas odontológicos na saúde pública.
- XI - Contribuir para a melhoria da saúde da população, através de programas educativos e preventivos referentes à Ortodontia.
- XII - Firmar em conjunto com o BBO parcerias com autarquias e órgãos governamentais, entre eles, o Conselho Federal de Odontologia (CFO) e Ministério da Educação e Cultura (MEC), para assessoramento no credenciamento, reconhecimento e fiscalização dos cursos de especialização em Ortodontia e Ortopedia Facial no Brasil e possível avaliação dos profissionais oriundos destes, mediante aplicação de exame qualificador, para outorga do certificado de especialista em Ortodontia.
- XIII - Servir de câmara consultiva e opinativa frente aos assuntos sugeridos pelas entidades estaduais associadas.
- XIV - Servir de câmara consultiva e opinativa sobre os cursos de Ortodontia e Ortopedia Facial existentes e a serem desenvolvidos em universidades e associações de classe, oferecendo-lhes consultoria técnico-científica voltada ao estabelecimento e desenvolvimento de programas adequados ao ensino da especialidade.
- XV - Zelar pela especialidade de Ortodontia e Ortopedia Facial Brasileira perante a comunidade nacional e internacional.
- XVI - Promover e coordenar, por si própria ou em colaboração com suas entidades estaduais associadas, congressos nacionais ou internacionais, simpósios, cursos, palestras e conclave científicos.
- XVII - Representar a Ortodontia e Ortopedia Facial Brasileira junto à "World Federation of Orthodontists (WFO) e junto à "Asociación Latino Americana de Ortodoncia (ALADO).
- XVIII - Estimular o relacionamento e a interatividade com outras entidades internacionais da especialidade, com condutas e objetivos semelhantes aos da ABOR.
- IXX - Representar as entidades estaduais associadas, pessoas jurídicas e seus associados, pessoas naturais, nos termos do inciso XXI do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, atuando em conjunto ou isoladamente, de forma administrativa, judicial ou extrajudicial na defesa dos interesses dos mesmos; respeitada a competência sindical, prevista no Art. 8º, III e VI da Carta Magna.
- XX - Atuar em conjunto ou isoladamente, de forma administrativa, judicial ou extrajudicial na defesa dos interesses e direitos dos consumidores e na proteção à livre concorrência, em todo o território nacional.

CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS

Art. 5º. A ABOR, admitirá as seguintes categorias de associados:

- I- Associado Efetivo
- II- Associado Internacional
- III- Associado Emérito

Art. 6º. Serão considerados associados efetivos as entidades estaduais previstas no capítulo IV.

Art. 7º. Serão considerados Associados Internacionais os cirurgiões-dentistas especialistas em Ortodontia e/ou Ortodontia e Ortopedia Facial, estrangeiros ou brasileiros que residem e exercem atividade profissional na maior parte do tempo em outro país, vinculados à entidade nacional de Ortodontia do país onde residem, desde que a mesma seja a entidade oficial de Ortodontia representante daquele país na WFO e também vinculados diretamente à WFO.

Art. 8º. Serão considerados Associados Eméritos todos os ex-presidentes da ABOR que não fizerem mais parte do Conselho Superior Deliberativo da ABOR.

Art. 9º. A admissão de Associado Internacional se fará mediante proposta assinada pelo interessado, encaminhada à diretoria para apreciação, e, em sendo aprovada, o interessado deverá recolher à tesouraria da associação as taxas devidas, ingressando então no quadro associativo.

Art. 10. O Associado Internacional deverá seguir primeiramente o código de ética do órgão fiscalizador da profissão e as normas estabelecidas pela organização nacional de Ortodontia do seu país, em caráter subsidiário, o código de ética do CFO brasileiro.

Art. 11. A diretoria da ABOR poderá fazer indicações para a outorga de títulos honorários ou beneméritos a personalidades que tenham prestado serviços relevantes à entidade e ou à especialidade, submetidas as indicações à aprovação do Conselho Superior Deliberativo com quórum mínimo de 2/3 (dois terços).

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 12. A toda entidade estadual de Ortodontia e Ortopedia Facial, desde que obedecido o disposto no artigo primeiro e aos requisitos deste estatuto, satisfazendo as exigências da legislação vigente e desde que não esteja filiada a outra entidade com os mesmos fins, assiste o direito de ser associada à ABOR como associado efetivo.

Art. 13. A entidade que pretende se filiar à ABOR, ao apresentar seu pedido, deve provar que se encontra devida e legalmente constituída e que não sofreu qualquer impugnação, bem como indicar seus representantes junto à ABOR.

§ 1º. O pedido de associação de entidade estadual cuja constituição esteja sendo discutida em juízo, somente será apreciado após o trânsito em julgado das respectivas medidas judiciais.

§ 2º. O Presidente da ABOR expedirá resolução para estabelecer as normas de tramitação administrativa dos pedidos de filiação.

§ 3º. As entidades estaduais deverão usar o nome: "Associação Brasileira de Ortodontia e Ortopedia Facial do estado do (nome do estado por extenso) - ABOR seção (sigla do estado)", enquanto filiadas à ABOR.

Art. 14. A ABOR preservará a autonomia institucional de cada uma das entidades estaduais associadas.

Art. 15. São direitos das entidades estaduais associadas:

I - Tomar parte e ter direito a voto nas assembleias, por intermédio de seus presidentes ou de seus representantes com procuração nos moldes deste estatuto, desde que seja integrante da diretoria da entidade estadual associada.

II - Requerer medidas de seus interesses.

III - Desligar-se da ABOR, quando julgar necessário, enviando pedido de desligamento, por escrito, à diretoria da ABOR, que deverá comunicar o Conselho Superior Deliberativo.

§ 1º De todo o ato lesivo de direito ou contrário a este estatuto, emanado de qualquer um dos órgãos administrativos da ABOR poderá qualquer pessoa física ou jurídica associada, recorrer no prazo de trinta dias, para o Conselho Superior Deliberativo, encaminhando o recurso ao presidente.

§ 2º A ABOR considera remidos os ortodontistas filiados a qualquer das entidades estaduais associadas, que tiverem pelo menos 30 (trinta) anos de contribuição à entidade associada e no mínimo 70 (setenta) anos de idade, desde que requeiram o título de Associado Remido à diretoria da entidade estadual associada. Estes requisitos se aplicam aos novos associados remidos.

§ 3º Os ortodontistas já considerados remidos pelas entidades estaduais associadas também o serão pela ABOR.

Art. 16. São direitos dos Associados Internacionais:

I - Propor à diretoria medidas de seu interesse ou de utilidade para a associação.

II - Requerer que a associação se manifeste sobre assuntos afetos a seus objetivos associativos.

III - Receber gratuitamente as suas publicações.

IV - Inscrever-se nos cursos por ela promovidos.

V - Apresentar trabalhos e participar de suas reuniões científicas.

VI - Solicitar seu desligamento do quadro associativo, desde que em dia com suas obrigações.

§ 1º. Votar e ser votado nas assembleias gerais NÃO é direito dos Associados Internacionais.

§ 2º. Os Associados Eméritos têm os mesmos benefícios que os Conselheiros Natos discriminados do art. 25.

Art. 17. São deveres das entidades estaduais associadas:

I - Prestigiar a ABOR por todos os meios ao seu alcance.

II - Pagar pontualmente a contribuição associativa fixada pelo Conselho Superior Deliberativo.

III - Cumprir e fazer cumprir este estatuto, o Regimento Interno, o Regimento Eleitoral e as normas de conduta profissional da ABOR.

IV - Incentivar todos seus membros a se submeter ao exame de capacitação em Ortodontia e Ortopedia Facial em nível nacional, promovido pelo BBO.

V - Acatar as decisões soberanas das assembleias gerais da ABOR.

VI - Divulgar as deliberações e atividades da ABOR, em um prazo de 30 (trinta) dias, aos seus membros através de seus meios de comunicação.

VII - Aceitar em seu quadro de associados somente:

- a) Cirurgiões-dentistas registrados no CFO como especialistas em Ortodontia e/ou Ortodontia e Ortopedia Facial e egressos de cursos que atendam à

consolidação das normas para procedimentos nos Conselhos de Odontologia, do CFO.

- b) Cirurgiões-dentistas cursando especialização em Ortodontia em estabelecimento de ensino registrado no MEC.

VIII – Admitir associados somente mediante proposta assinada pelo interessado, preenchida em todos os seus requisitos. Deve ser encaminhada à diretoria para apreciação, e, em sendo aprovada, o interessado deverá recolher à tesouraria da associação as taxas devidas, ingressando então no quadro social dentro da categoria em que se enquadrar.

IX - Não organizar ou promover cursos de Especialização - Pós-Graduação *Lato Sensu e Strito Sensu* - em Odontologia, bem como cursos de Aperfeiçoamento em Odontologia, de natureza teórico-prático ou clínico, por si próprio ou em parceria com outras entidades.

X – Acatar e seguir rigorosamente as normas estabelecidas para a realização dos congressos da ABOR.

§ 1º. A contribuição destinada à ABOR, referida no inciso II deste artigo, deverá ser paga por cada membro da entidade estadual associada e não pode ser separada da anuidade destinada a esta entidade.

§ 2º. Cursos práticos e clínicos serão permitidos, quando dirigidos a especialistas inscritos no CFO e/ou a alunos de pós-graduação de cursos regularmente registrados no CFO.

§ 3º Os requisitos do inciso VII não se aplicam para a admissão de associados aspirantes das entidades estaduais associadas.

§ 4º Toda entidade estadual associada deverá deixar de usar o nome "Associação Brasileira de Ortodontia e Ortopedia Facial do estado do (nome do estado por extenso) - ABOR seção (sigla do Estado)" logo após o seu desligamento da ABOR.

Art. 18. São deveres dos Associados Internacionais:

I - Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, os regimentos, as deliberações das assembleias gerais e demais normas de funcionamento da associação.

II - Efetuar pontualmente o pagamento das taxas e contribuições a que estiverem obrigados.

III - Zelar pelo patrimônio da associação e por seu bom nome e conceito e cooperar para o seu prestígio e desenvolvimento.

IV - Manter todos os dados cadastrais atualizados junto à secretaria.

V - Respeitar a legislação atinente à profissão e ao exercício de sua especialidade.

VI – Manter-se associado à WFO, sob pena de exclusão do quadro associativo da ABOR.

Art. 19. Os Associados Internacionais estão obrigados ao pagamento de:

I- Taxa de anuidade, determinada pelo Conselho Superior Deliberativo, nos termos do Regimento Interno em consonância com este estatuto.

II- Outros encargos que venham a ser instituídos com a aprovação da assembleia geral e regulamentados no Regimento Interno.

CAPÍTULO V

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SUAS PENALIDADES

Art. 20. As entidades estaduais associadas, assim como seus membros individualmente e as demais categorias de associados, estão sujeitos às penalidades a serem requeridas pelo Comitê de Ética através de parecer.

§ 1º. Serão suspensos os direitos das entidades estaduais associadas que:

I - Não se fizerem representar em três assembleias gerais consecutivas, sem justa causa.

II - Não cumprirem decisões da assembleia geral.

§ 2º. Serão suspensos os direitos dos membros das entidades estaduais associadas e demais categorias de associados que:

I - Desacatar os órgãos administrativos, bem como não cumprirem decisões da assembleia geral.

§ 3º. Serão eliminados, automaticamente, do quadro associativo, as entidades estaduais associadas e as demais categorias de associados que:

I - Sem motivo justificado, atrasarem mais de três anos o pagamento das contribuições fixadas em assembleia geral.

II - Pratiquem atos ou exerçam atividades que contrariem as decisões das assembleias.

III - Se filiarem a outra associação de grau superior com características semelhantes à ABOR, na mesma base territorial, exceto os Associados Internacionais.

IV - Reincidir em infrações de dispositivos estatutários.

§ 4º. Serão eliminados, automaticamente, do quadro associativo, os membros das entidades estaduais associadas e as demais categorias de aque:

I - Não observarem os bons costumes, violarem o Código de Ética Odontológica e as normas de conduta profissional da ABOR.

II - Difamar a associação, membros dos órgãos administrativos ou ainda quando for constatada conduta contrária à ética e à moral.

III - Reincidir em infrações de dispositivos estatutários.

§ 5º. A aplicação de penalidades, sob pena de nulidade, deve ser precedida de audiência do associado pessoa física ou jurídica, que deverá, por escrito, aduzir sua defesa.

§ 6º. Da penalidade imposta caberá pedido de reconsideração para a diretoria da ABOR e posterior recurso para o Conselho Superior Deliberativo, ambas no prazo de trinta dias a contar respectivamente de sua imposição ou confirmação.

§ 7º. Os princípios de ética a serem observados pelos associados, pessoas físicas ou jurídicas, serão os dispostos no Código de Ética do Conselho Federal de Odontologia e nas normas de conduta profissional da ABOR.

Art. 21. As entidades estaduais associadas e as demais categorias de associados que tenham sido eliminadas do quadro associativo poderão reingressar na ABOR, desde que se reabilitem a juízo do Conselho Superior Deliberativo, ou liquidem seus débitos, quando se tratar de atraso de pagamento.

Art. 22. Os especialistas em Ortodontia e Ortopedia Facial e/ou Ortodontia, associados ao GRUPO somente terão direito a pertencerem aos quadros da ABOR, através da filiação a uma das entidades estaduais associadas.

Art. 23. Caberá à entidade estadual associada e às demais categorias de associados arcar com eventuais responsabilidades morais, legais e pecuniárias advindas de informações inverídicas encaminhadas pelos postulantes.

CAPÍTULO VI DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 24. A Associação Brasileira de Ortodontia e Ortopedia Facial – ABOR é constituída pelos seguintes órgãos:

- I - Conselho Superior Deliberativo
- II - Diretoria Executiva
- III - Conselho Fiscal
- IV - Comitê de Ética

Art. 25. O Conselho Superior Deliberativo é constituído pelos presidentes das entidades estaduais associadas, pelo presidente do BBO, pelo presidente do CDBBO, pelo presidente ou vice-presidente Ortodontista do GRUPO, e pelos três últimos ex-presidentes da ABOR, doravante denominados Conselheiros Natos.

§ 1º. Todos os membros das associações que compõem o Conselho Superior Deliberativo da ABOR, assim como os candidatos ao exame do BBO e os diplomados pelo BBO, têm que ser filiados à ABOR nacional ou a uma das entidades estaduais associadas.

§ 2º. Para fins exclusivos de representação no Conselho Superior Deliberativo da ABOR, os membros do GRUPO não estão obrigados a cumprir a exigência do parágrafo anterior.

Art. 26. Ao Conselho Superior Deliberativo compete os poderes deliberativos, consultivos, de julgamento de recursos impetrados por associados pessoas físicas ou jurídicas, contra penalidades impostas pela diretoria e assessoramento, sempre exercidos através de decisão por maioria absoluta de seus membros, sobre toda e qualquer matéria relativa aos objetivos da Associação Brasileira de Ortodontia e Ortopedia Facial.

Art. 27. Também competirá ao Conselho Superior Deliberativo eleger, a cada dois anos, o presidente e o vice-presidente da ABOR. Nesta mesma assembleia geral deverão ser eleitos os membros do Comitê de Ética, todos com mandatos coincidentes, e do Conselho Fiscal, com mandato não coincidente.

Art. 28. A Diretoria Executiva é constituída de:

- I - Presidente e vice-presidente eleitos pelo Conselho Superior Deliberativo
- II - Secretário geral
- III - Tesoureiro geral
- IV - Diretor científico
- V - Diretor de informática e comunicação

Art. 29. À Diretoria Executiva compete:

- I - Colaborar com o presidente na administração da ABOR.
- II - Cumprir e fazer cumprir este estatuto, suas decisões, as das reuniões do Conselho Superior Deliberativo, do Conselho Fiscal, do Comitê de Ética e as

deliberações da assembleia geral.

III - Atendendo solicitação do tesoureiro geral, apreciar pedido de abertura de créditos adicionais, submetendo-os à aprovação da assembleia geral.

IV - Aplicar as penalidades previstas neste estatuto.

V - Encaminhar ao final de cada ano as contas ao Conselho Fiscal para que este emita parecer a ser apresentado à assembleia geral ordinária subsequente

VI - No término do mandato, prestar contas de sua gestão no exercício financeiro correspondente;

VII - Designar comissão eleitoral, composta por 3 (três) membros do Conselho Superior Deliberativo, os quais escolherão quem a presidirá e cujas atribuições são as constantes do Regimento Eleitoral da ABOR.

§ 1º. As contas referidas nos incisos V e VI deste artigo serão aprovadas pelas respectivas assembleias gerais, com prévio parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º. A administração das contas da associação, inclusive perante as instituições financeiras, será de responsabilidade da Diretoria Executiva sucedida até a conclusão do registro da ata de eleição e posse da Diretoria Executiva sucessora.

Art. 30. Ao presidente compete:

I - Dirigir a ABOR e representá-la ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

II - Nomear, em consonância com o vice-presidente, os outros membros da Diretoria Executiva, podendo substituí-los a qualquer tempo e a seu juízo exclusivo, para, sob sua orientação, colaborarem na direção e coordenação das atividades da ABOR.

III - Convocar e presidir as sessões da diretoria, do Conselho Superior Deliberativo e das assembleias gerais.

IV - Assinar as atas das reuniões, o orçamento anual e documentos.

V - Ordenar as despesas autorizadas e contas a pagar, bem como, assinar cheques e emitir ordens de pagamento em conjunto com o tesoureiro geral.

VI - Contratar serviços de "cartão de crédito" em nome da associação para fins de pagamento de contas, respeitado o limite rotativo máximo de 10 (dez) salários mínimos nacionais vigentes.

VII - Autorizar a contratação de funcionários e contratar serviços de terceiros estabelecendo fixação de vencimentos, em conjunto com o tesoureiro geral.

VIII - Propor, com a aprovação da Diretoria Executiva, através de portaria, a criação de grupos ou comissões permanentes e especiais, convocando para integrá-las os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Superior Deliberativo ou dos quadros das entidades estaduais associadas, cujo concurso seja reputado necessário.

Art. 31. Ao vice-presidente compete:

I - Substituir o presidente em seus impedimentos com todas as suas atribuições.

II - Executar as tarefas concernentes às responsabilidades que lhe são atribuídas pelo Art. 62 deste.

Art. 32. Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente, a Diretoria Executiva escolherá, na forma do regimento interno, dentre seus membros, os substitutos dos mesmos, durante o tempo que durar os impedimentos.

Art. 33. Ao secretário geral compete:

I - Dirigir e fiscalizar os serviços da secretaria.

II - Convocar, por ordem do presidente, reuniões e assembleias, secretariá-las, elaborar as atas das mesmas, redigir a correspondência, preparar e encaminhar o expediente.

III - Diligenciar para a boa guarda dos arquivos.

Art. 34. Ao tesoureiro geral compete:

I - Ter sob sua responsabilidade os valores da ABOR.

II - Assinar os cheques e ordens de pagamento em conjunto com o presidente.

III - Promover e administrar os serviços de tesouraria, promovendo e controlando a arrecadação de taxas e contribuições.

IV - Autorizar os pagamentos, segundo limites fixados anualmente pela diretoria, e recebimentos da ABOR.

V - Solicitar abertura de créditos adicionais quando as dotações orçamentárias se apresentarem insuficientes.

VI - Organizar e apresentar à Diretoria Executiva, o balanço anual.

VII - Manter em dia a escrituração contábil da ABOR.

VIII - Providenciar tempestivamente o pagamento das obrigações fiscais da ABOR.

Art. 35. Ao diretor científico compete:

I - Incentivar e promover o avanço e atualização científica da associação.

Art. 36. Ao diretor de informática e comunicação compete:

I - Orientar, executar e atualizar os programas de informática utilizados pela associação, bem como sua "Home Page" e todos os meios de comunicação e divulgação da ABOR.

Art. 37. O Conselho Fiscal será composto por três membros que fazem ou fizeram parte do Conselho Superior Deliberativo, eleitos pelo mesmo, com mandado de dois anos, não coincidente com o mandato da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Se um ou mais dos membros eleitos do Conselho Fiscal, abdicar do cargo, o Conselho Superior Deliberativo indicará entre seus membros o(s) substituto(s) para completar o mandato do(s) membro(s) que renunciar(am) ao(s) cargo(s).

Art. 38. Ao Conselho Fiscal compete:

I - Opinar sobre as despesas extraordinárias, sobre os balancetes mensais e sobre o balanço anual.

II - Dar parecer sobre o balanço do exercício financeiro anterior e lançar no mesmo o seu visto.

III - Solicitar à Diretoria Executiva todos os elementos que se fizerem necessários ao bom desempenho de suas atribuições.

IV - Supervisionar e julgar a prestação de contas apresentada pela Diretoria Executiva.

V - Encaminhar seu parecer sobre a prestação de contas e o balanço apresentado pela Diretoria Executiva, para ciência e aprovação do Conselho Superior Deliberativo em assembleia geral ordinária, devendo o parecer sobre o balanço

do exercício financeiro anterior, constar da ordem do dia da assembleia.

Parágrafo único. O parecer e julgamento das contas apresentadas pela Diretoria Executiva deverão ser aprovados pela maioria dos membros do Conselho Fiscal, podendo, se existente, o voto discordante constar em separado.

Art. 39. O Comitê de Ética será constituído por três membros que fazem ou fizeram parte do Conselho Superior Deliberativo, eleitos entre seus membros e com mandato coincidente com o da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Se um ou mais membros do Comitê de Ética abdicar do cargo, o Conselho Superior Deliberativo indicará entre seus membros o(s) substituto(s) para completar o mandato do(s) membro(s) que resignar(am) ao(s) cargo(s).

Art. 40. Ao Comitê de Ética compete:

I - Apreciar e emitir parecer em questões que envolvam atitudes pessoais ou institucionais, que contrariem os preceitos éticos necessários ao crescimento técnico, científico social e moral da ABOR.

II – Apreciar os estatutos das novas entidades interessadas em se filiar à ABOR.

Parágrafo único. As apreciações e pareceres citados neste artigo, serão baseados no Código de Ética do CFO e nas normas de conduta profissional da ABOR.

Art. 41. Das apreciações e pareceres retro referidos caberá recurso ao Conselho Superior Deliberativo, em conformidade com o disposto nas normas de conduta profissional da ABOR, ficando expressamente assegurado aos que forem objeto dos mesmos, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 42. É expressamente vedada a remuneração a qualquer título aos membros do Conselho Superior Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Ética.

CAPÍTULO VII DAS ASSEMBLEIAS

Art. 43. A Assembleia Geral Deliberativa é o órgão máximo e soberano da associação, e será constituída pelas suas entidades estaduais associadas em pleno gozo de seus direitos, representadas por seus presidentes ou representantes legais, pelo presidente do Board Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial - BBO, ou seu representante legal, pelo presidente do CDBBO ou pelo seu representante legal e os Conselheiros Natos previstos no art. 25 e pelo presidente ou vice-presidente Ortodontista do GRUPO, todos com direito a voto. Reunir-se-á no primeiro semestre de cada ano e/ou a critério da Diretoria Executiva, quando devidamente convocada, para tomar conhecimento das ações da Diretoria Executiva e aprovação das contas. Instalar-se-á em primeira convocação com maioria absoluta das entidades estaduais associadas e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com um terço das entidades estaduais associadas, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previsto neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas:

I - Fiscalizar os membros da associação, na consecução de seus objetivos.

II - Eleger e destituir os administradores.

- III - Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas.
 - IV - Estabelecer o valor da anuidade das entidades estaduais associadas.
 - V - Deliberar quanto à compra e venda de imóveis da associação.
 - VI- Aprovar o Regimento Interno, que disciplinará os vários setores de atividades da associação.
 - VII - Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto.
 - VIII - Deliberar quanto à dissolução da associação.
 - IX - Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse associativo, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.
- Parágrafo único.** Sob pena de nulidade, a assembleia geral deliberará exclusivamente os assuntos constantes do edital de convocação.

Art. 44. As assembleias gerais são soberanas em suas deliberações e serão convocadas, instaladas e dirigidas pelo presidente da ABOR, compondo a mesa com o secretário geral em exercício, que secretariará os trabalhos, podendo ser convidado, a juízo do presidente, membros do Conselho Superior Deliberativo para auxiliar a mesa.

Art. 45. A convocação das assembleias gerais será feita por meio de edital publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo exceções estatutárias, no órgão jornalístico da ABOR – “Gazeta” – e/ou por meio de ofícios enviados e mediante protocolo, e/ou ainda por correspondência eletrônica, *e-mail*, com confirmação de recebimento, enviado aos Associados Efetivos e Conselheiros Natos, assim como aos presidentes do BBO, do CDBBO e do GRUPO.

Art. 46. Somente os membros do Conselho Superior Deliberativo da ABOR, quites e em pleno gozo dos direitos estatutários poderão, com direito a voto, participar das assembleias da ABOR.

Parágrafo único. Poderão, no entanto, participar das assembleias gerais, sem direito a voto, os membros da Diretoria Executiva da ABOR.

Art. 47. Havendo necessidade, o presidente da ABOR concederá o voto de qualidade.

Art. 48. As assembleias gerais são Ordinárias e Extraordinárias.

§ 1º. Serão consideradas Ordinárias as assembleias gerais destinadas a deliberar sobre as seguintes matérias:

- I - Proposta de orçamento da receita e da despesa para o ano seguinte, discutidas e aprovadas até o último dia do ano civil antecedente fixando, outrossim, as contribuições a serem pagas pelas entidades estaduais associadas.
- II - Apreciar as contas do ano civil anterior, contidas no balanço do exercício financeiro, com prévio parecer do Conselho Fiscal, aprovando-as dentro do primeiro semestre civil do ano civil posterior.
- III - Ao término do mandato, apreciar o parecer do Conselho Fiscal e as contas da gestão finda no exercício correspondente, na primeira Assembleia subsequente ao término do mandato.
- IV - Eleição do presidente e do vice-presidente da ABOR, dos três membros do Conselho Fiscal e dos três membros do Comitê de Ética.

§ 2º. Serão convocadas as assembleias Extraordinárias:

I - Sempre que, por iniciativa do presidente da ABOR, da maioria da Diretoria Executiva, da maioria do Conselho Superior Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Comitê de Ética, entender ser conveniente ou necessária a sua realização, inclusive quando for o caso, nas hipóteses de apreciação de recursos a serem submetidos à assembleia geral.

II - Quando no mínimo 1/5 (um quinto) das entidades estaduais associadas quites e em plena fruição dos seus direitos estatutários, vierem a requerer ao presidente da ABOR, especificando pormenorizadamente as razões do pedido, não podendo ser negada, sob pena de os próprios interessados convocarem-na após o decurso do prazo de trinta dias contados da entrada da solicitação no protocolo da ABOR, caso nenhuma providência tenha sido tomada dentro desse prazo máximo.

§ 3º. A assembleia geral poderá ser realizada por meios eletrônicos.

I- A manifestação dos associados poderá ocorrer por qualquer meio eletrônico indicado pelo secretário, que assegure a identificação do associado e a segurança do voto, e produzirá todos os efeitos legais de uma assinatura presencial.

Art. 49. Compete privativamente à Assembleia Geral Extraordinária:

I - Destituir administradores.

II - Alterar o Estatuto.

Art. 50. Serão sempre tomadas por escrutínio secreto as deliberações da assembleia geral concernentes aos seguintes assuntos:

I - Eleição para presidente, vice-presidente, Conselho Fiscal e Comitê de Ética.

II - Destituição de administradores.

III - Julgamento dos atos da Diretoria Executiva, relativos a penalidades impostas aos associados.

CAPÍTULO VIII DAS ELEIÇÕES E DOS MANDATOS

Art. 51. As eleições para presidente e vice-presidente, Conselho Fiscal e Comitê de Ética da ABOR serão realizadas na Assembleia Ordinária no ano que se fizer necessário.

Art. 52. Poderão ser candidatos aos cargos eletivos de presidente e vice-presidente, os representantes das entidades estaduais associadas da ABOR que fazem ou fizeram parte do Conselho Superior Deliberativo, devendo preencher todos os critérios legais, éticos e pessoais que os legitimem a representar com dignidade as funções pretendidas.

Parágrafo único. A normatização do processo eleitoral encontra-se no regimento eleitoral da ABOR.

Art. 53. A duração do mandato do presidente, vice-presidente, membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Ética será de 02 (dois) anos.

§ 1º. Nos casos em que houver a perda de representação dos cargos exercidos, o Conselho Superior Deliberativo deverá realizar nova eleição para os referidos

cargos para a complementação do mandato vigente.

§ 2º. Ao presidente e vice-presidente será facultado o direito de reeleição por apenas mais um mandato consecutivo.

§ 3º. Todos os cargos oriundos de indicações e/ou comissões terão mandatos idênticos aos da presidência.

§ 4º. Os membros do Conselho Fiscal deverão ser indicados pelo Conselho Superior Deliberativo e estarão eleitos os três nomes mais votados, que pertençam ou tenham pertencido ao Conselho Superior Deliberativo da ABOR.

§ 5º. Os membros eleitos do Conselho Fiscal tomarão posse seis meses depois da eleição que os elegeu.

CAPÍTULO IX DA PERDA DE MANDATO

Art. 54. Todos integrantes da Diretoria Executiva, conselhos e comitês poderão perder os seus cargos a qualquer tempo desde que sejam condenados em processo ético, observado o direito de defesa.

Art. 55. A destituição dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Ética será determinada pela assembleia geral Extraordinária, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

I - Malversação ou dilapidação do patrimônio da associação.

II - Grave violação deste estatuto, do Regimento Interno, do Regimento Eleitoral e/ou das normas de conduta profissional da ABOR.

III - Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da associação.

IV - Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na entidade.

V - Conduta incompatível com a ética, a dignidade e o decoro dos cargos que ocupam.

§ 1º. Definida a justa causa, o destituído será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da comunicação.

§ 2º. Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à assembleia geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de representantes das entidades estaduais associadas contribuintes em dia com suas obrigações associativas. Nesta será garantido ao destituído, o pleno direito de defesa, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a totalidade das entidades estaduais associadas e em segunda chamada, meia hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, maioria absoluta (metade mais um) das entidades estaduais associadas.

Art. 56. Na hipótese de perda de mandato, as substituições far-se-ão de acordo com o disposto neste estatuto.

Art. 57. Havendo renúncia ou destituição de qualquer membro da diretoria ou do Conselho Fiscal, assumirá o cargo vacante, substituto indicado na forma deste estatuto.

§ 1º. As renúncias serão comunicadas, por escrito, ao presidente da ABOR.

§ 2º. Em se tratando de renúncia do presidente da ABOR, será esta notificada, igualmente por escrito, ao Conselho Superior Deliberativo que dentro de quarenta e oito horas tomará as providências cabíveis.

Art. 58. No caso de vacância dos cargos de presidente ou vice-presidente, durante a primeira metade do mandato, será realizada nova eleição para o cargo vago.

Parágrafo único. Após a primeira metade do mandato, no caso de vacância do cargo de presidente, o vice-presidente assume a presidência da ABOR até o final do seu mandato.

Art. 59. Em caso de vacância simultânea de presidente e vice-presidente deverá haver nova eleição em qualquer período de mandato.

Parágrafo único. Durante o período de vacância do presidente e vice-presidente o secretário geral assume a presidência interina da ABOR até que nova eleição seja realizada no prazo máximo de sessenta dias.

CAPÍTULO X DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 60. A receita financeira da ABOR será constituída pelas contribuições anuais dos associados, receitas dos congressos nacionais e internacionais, eventos científicos, da comercialização de publicidade, doações, patrocínios e outras contribuições de pessoas físicas e jurídicas.

Art. 61. Constituem o patrimônio da ABOR:

I - Bens móveis e imóveis

II - Rendas provenientes das contribuições anuais das entidades estaduais associadas assim como das demais categorias de associados.

III - Doações e legados

IV - Rendas não especificadas.

Art. 62. A diretoria através de seu vice-presidente será responsável pelo registro, manutenção e resguardo do patrimônio da ABOR.

Art. 63. Os bens imóveis somente poderão ser adquiridos ou alienados mediante expressa permissão da assembleia geral, especialmente convocada para esse fim, que deliberará pela maioria absoluta das entidades estaduais associadas.

Art. 64. Qualquer bem doado deverá ser acompanhado do respectivo termo de doação cuja aceitação deverá ser assinada pelo presidente, depois de submetida à aprovação do Conselho Superior Deliberativo.

CAPÍTULO XI DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 65. A associação poderá ser dissolvida a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral, especialmente convocada para este fim, composta de entidades estaduais associadas quites com suas obrigações associativas e pelos membros natos, não podendo ela deliberar sem voto concorde de dois terços dos presentes, e obedecendo aos seguintes requisitos:

I - Em primeira chamada, com 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior Deliberativo.

II - Em segunda chamada, meia hora após a primeira, com maioria absoluta (metade mais um) dos membros do Conselho Superior Deliberativo.

Parágrafo único. Em caso de dissolução da associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes serão destinados a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 66. O presente estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, inclusive no tocante à administração, a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral, especialmente convocada para este fim, composta de entidades estaduais associadas quites com suas obrigações associativas e pelos membros natos, não podendo ela deliberar sem voto concorde de dois terços dos presentes, e obedecendo aos seguintes requisitos:

I - Em primeira chamada, com 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior Deliberativo.

II - Em segunda chamada, meia hora após a primeira, com maioria absoluta (metade mais um) dos membros do Conselho Superior Deliberativo.

Art. 67. Caberá ao presidente da ABOR, quando se fizer necessário, nomear uma comissão especial para atualização do Regimento Interno, do Regimento Eleitoral, e das normas de conduta profissional da ABOR, os quais serão submetidos à apreciação e aprovação do Conselho Superior Deliberativo.

Art. 68. A ABOR poderá prestar às entidades estaduais associadas e às representativas da classe, os serviços e a colaboração que estiverem ao seu alcance, assim como contratar serviços específicos ou gerais com associados e entidades representativas da classe.

Art. 69. A ABOR abster-se-á de qualquer propaganda de ideias incompatíveis com os objetivos definidos neste estatuto e de candidaturas a cargos eletivos estranhos aos seus quadros administrativos.

Art. 70. É vedado o exercício de cargos de diretoria cumulativamente com trabalhos e/ou empregos remunerados pela ABOR.

Art. 71. É proibido à ABOR ceder, gratuita ou de forma remunerada sua sede a

entidades de caráter político-partidário.

Art. 72. Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação de preceitos contidos na lei.

Art. 73. A ABOR não distribuirá lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados e não remunerará os ocupantes de cargos eletivos, a qualquer título e sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 74. O Regimento Interno disciplinará os casos omissos deste estatuto. Os demais serão resolvidos pelo Conselho Superior Deliberativo da ABOR, de acordo com as normas da Lei 10406/2002 – Código Civil Brasileiro e legislação em vigor.

Art. 75. O presente estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação e somente poderá ser reformado por uma assembleia para esse fim especialmente convocada.

Art. 76. Elege-se o foro da Comarca onde reside o presidente em exercício, como o competente para a apreciação e julgamento de questões que tenham como objeto o presente estatuto, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Presidente

Advogado
Luiz Carlos Neto Pacheco Barreto
OAB/RJ 176.580

Secretário